



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570651 - SP (2020/0079863-4)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : MARCOS ALEXANDRE PIO FERREIRA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : JOSÉ PIO FERREIRA - SP119934  
MARCOS ALEXANDRE PIO FERREIRA - SP339736  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : KELLY DE ALMEIDA PINA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de KELLY DE ALMEIDA PINA contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2057610-91.2020.826.0000).

Extraí-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante em 30/11/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, tendo o desembargador relator indeferido o pedido em decisão acostada às fls. 305/306 dos autos.

No presente *mandamus*, alega desnecessidade da custódia cautelar, bem como da imprescindibilidade da paciente nos cuidados com seus filhos, três deles menores de 12 anos. Aponta que a população carcerária enfrenta maior risco em virtude da pandemia de COVID19. Invoca a Recomendação n. 62/CNJ de 17/3/2020 e assevera ser imperiosa a superação do Enunciado n. 691 da Súmula da Suprema Corte.

Pontua haver fato novo, qual seja, a superveniente condenação da paciente à pena de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado, negado o direito de recorrer em liberdade.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a conversão da prisão preventiva em domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, oportuno registrar que é o segundo pedido, num intervalo de dois dias, formulado pela defesa. O primeiro em reconsideração ajuizada nos autos do HC

n. 558.371/SP, indeferido ontem, e agora o presente *mandamus*.

Compreensível a ansiedade pela prestação jurisdicional em razão do quadro pandêmico de COVID-19 e a maior vulnerabilidade da população carcerária, contudo, a multiplicidade de pedidos e ações como estratégia de defesa acarreta em sobrecarga e engendramento da prestação jurisdicional ao restante da população.

Conforme indicado anteriormente e também pela decisão acertada do desembargador do *writ* originário, o pedido relacionado à Recomendação n. 62/CNJ deve ser efetuado primeiramente perante o Juízo de primeiro grau.

Diante do exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik  
Relator